

## ATA N°3/2021

### ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, em formato misto: no edifício dos Paços do Concelho, de forma presencial, e videoconferência ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (versão atualizada), com a seguinte: -----

#### ----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

#### ----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2021 referente à sessão ordinária de 2021.02.27 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **01.05** – Período de intervenção aberto ao público -----

#### ----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – adenda às normas de apoio para combater o impacto da COVID-19 nas empresas do concelho. -----

----- **02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária – Medidas de apoio às empresas no âmbito da COVID-19. -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – renovação de protocolo. -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Matas e Cercal – proposta de contrato de comodato. -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Matas e Cercal – proposta de protocolo. -----

- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival – proposta de contrato de comodato. -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – P059/2021 – Rota das Azenhas – 1.ª fase. -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – P061/2021 – requalificação do edifício escolar EB 2/3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão (Lote 1 – construção de portaria e estacionamento exterior, beneficiação no bar e no refeitório e novo equipamento de aquecimento / Lote 2 – intervenção na cobertura, nas fachadas e no isolamento para aumento da eficiência energética edifício e compatibilização da arquitetura exterior com a nova escola). -
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – instalação da Unidade de Saúde de Rio de Couros – proposta de protocolo de colaboração. -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Alburitel – proposta de protocolo. -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Atletismo de Santarém – cedência do estádio Papa Francisco. -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém – versão final. -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – prestação de Contas referentes ao ano económico de 2020. -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – P018/2021 – aquisição de serviços de seguros para o período de 2 anos (01/07/2021 a 30/06/2023). -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – P056/2021 – prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Ourém – 2022/2025. -----
- **02.16** – Período de intervenção aberto ao público. -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----
- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário AMO -----
- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – representante do grupo municipal do Partido Social Democrata / Presidente Junta Freguesia Urqueira -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira – representante do grupo municipal do Partido Socialista -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá – em representação do grupo municipal do CDS-PP -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes – em representação do grupo municipal do Movimento Independente – MOVE -----
- Por videoconferência: -----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Martim José Rosado Borges de Freitas – representante do grupo municipal do CDS-PP -----
- Helena Santos Pereira – representante do grupo municipal do Movimento Independente – MOVE -----
- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----
- Nuno Manuel Pinto Dias -----
- Catarina Borges de Faria -----
- Estela José Nunes Silva -----
- Cláudia Maria Pereira Campos -----
- Alberto José Pires Caveiro -----
- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
- Avelino da Conceição Subtil -----
- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----
- Luís Henriques Bento -----
- **SUSPENSÃO DE MANDATO** -----

----- Nos termos do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), suspendeu o mandato, a partir de 23.04.2021, o membro da Assembleia Municipal, senhor **António Ribeiro Gameiro** – PS, tendo tomado posse o senhor Vítor Oliveira Santos, conforme previsto no artigo 79.º, do mesmo diploma legal. -----

----- **VÍTOR OLIVEIRA SANTOS – PS**, administrativo, natural Estados Unidos da América, residente na Rua do CEF, n.º 48, Freguesia de Fátima, concelho de Ourém, titular do cartão de cidadão n.º 13556747, válido até 21.09.2028 -----

----- Dada a suspensão de mandato do membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, representante do grupo municipal do Partido Socialista, a partir desta data, este grupo municipal passará a ter como representante o membro da AMO, senhor **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**. -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

----- Manuel Dias das Neves, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Samuel Reis Baptista** (participou por videoconferência): -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores:--

----- Por videoconferência: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – António Henriques Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro Rodrigues -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias  
Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do  
artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos  
Costa Pereira** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de  
setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Por videoconferência: -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- Por videoconferência: -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----

----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor  
Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a  
sessão, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**----- ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS -----**

-----De seguida, e antes de passar ao ponto um da ordem de trabalhos, o senhor  
Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário relativamente à existência de uma

matéria que, não tendo sido agendada, poderia ser aditada, nos termos do n.º 2, do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e se a Assembleia Municipal reconhecer a urgência da respetiva discussão, a saber: -----

----- Medidas de apoio às empresas no âmbito da COVID-19 -----

Face ao exposto, o senhor Presidente da AMO questionou os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, se tinham alguma objeção relativamente a esta proposta, tendo sido dado o respetivo consentimento, por unanimidade. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal, entendeu, por unanimidade, constituir o seguinte ponto da ordem de trabalhos: -----

----- **02.16 – Apreciação e votação da proposta camarária – medidas de apoio às empresas no âmbito da COVID-19** -----

----- **02.17 – Período de intervenção aberto ao público.** -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, agendados na ordem do dia. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA – (grelha Anexo A)**-----

**01.01 – Apreciação e votação da ata nº02/2021 referente à sessão ordinária de 2021.02.27** -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- A Assembleia Municipal de Ourém iniciou o processo de aquisição de vários livros da autoria do oureense, professor doutor João Caldeira Heitor. -----

O livro “A Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima”, da editora Cordel de Prata, conta com o prefácio do Senhor Reitor do Santuário de Fátima, Padre Carlos Cabecinhas e retrata uma temática de elevadíssima importância para o concelho de Ourém, pelo relevante contributo para a consolidação do reconhecimento de Fátima, no seu papel como centro da fé e da espiritualidade, com particular influência pela devoção a Nossa Senhora de Fátima. -----

É com enorme satisfação que a Assembleia Municipal de Ourém felicita o autor Oureense pelo lançamento desta obra sustentada na tese de doutoramento deste antigo Vereador da Câmara Municipal de Ourém, atual Secretário Geral do Instituto Superior de Gestão (ISG), investigador do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR) e autor de diversas publicações. -----

----- Comunicação do Grupo Parlamentar do PCP dando conhecimento do “Projeto de Resolução n.º 1142/XIV/2.ª – Contra a poluição do Rio Nabão”. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

“Excelentíssimos -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais. -----

No cumprimento das funções que me foram confiadas pelos ourenses, volto a dirigir-me a esta Assembleia com o sentido de responsabilidade e o empenho que sempre caracterizaram a nossa linha de atuação, sujeitando-me ao escrutínio de vossas excelências, com tão bem exigem os padrões democráticos que herdámos de uma data que ainda agora orgulhosamente celebrámos: o 25 de abril de 1974. -----

Dou início a esta minha intervenção, procedendo a um ponto da situação epidemiológica da Covid-19 no Concelho de Ourém. -----

À data da última atualização dos dados, a Autoridade de Saúde Local identificava 14 casos ativos, num universo de 3018 casos detetados ao longo do último ano, sendo o índice de risco, por 100 mil habitantes, de 32, e tendo a lamentar o falecimento de 83 dos nossos conterrâneos. -----

Felizmente, a entrada em vigor do Plano de Desconfinamento não tem resultado numa subida acentuada de casos positivos no nosso Concelho, o que nos permite concluir, com as devidas reservas, que os ourenses estão a conseguir corresponder ao enorme desafio da não propagação do vírus, sinal muito importante e com reflexos na retoma económica que todos desejamos e para a qual o Município tem vindo paulatinamente a contribuir. -----

Os dados relativos à atuação do Ponto Municipal de Vacinação de Ourém também nos permitem encarar o futuro com maior confiança. À data da última atualização, já tinham sido vacinados 12758 munícipes ourenses, entre os quais 1144 profissionais docentes e não-docentes ligados integrados na comunidade educativa ourense. -----

Resulta desta atuação que, à data de hoje, possamos avançar que 29 por cento da comunidade ourense já foi inoculada com uma toma da vacina contra a Covid-19, e que 13,4 por cento já recebeu a segunda toma, incluindo bombeiros, profissionais de saúde, e trabalhadores e utentes das instituições sociais do nosso Concelho. -----

Neste enquadramento aproveito para informar V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> que o Município tem sido um parceiro indissociável do ACES do Médio Tejo e da ARSlvt no que tange aos esforços logísticos, transporte e alimentação para que a campanha de vacinação do concelho de Ourém seja a



mais eficiente e profícua possível. A causa em que todos estamos envolvidos vai continuar a merecer a nossa especial atenção e dedicação em virtude da imprevisível volatilidade do vírus. Por esse motivo é mais que justa uma palavra de alento e de agradecimento a todos os profissionais de saúde e meios auxiliares que se têm dedicado e empenhado em cuidar de “todos nós”. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Os efeitos da situação que temos vivenciado neste último ano, tem revelado impactos elevadíssimos em distintos setores e áreas da nossa sociedade. -----

Por esse motivo, dirijo hoje na minha comunicação, umas palavras de especial apreço à comunidade educativa do Concelho de Ourém, especialmente aos educadores, professores, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais, assim como aos corpos dirigentes das nossas escolas, pelo esforço, dedicação e resiliência na prossecução dos objetivos educativos aos nossos alunos. -----

Reconhecemos que este período está a ser suscetível de criar assimetrias, potenciando a exclusão e a desigualdade de oportunidades. -----

Esta tem sido uma preocupação permanente neste exercício autárquico, mesmo antes do aparecimento da pandemia, onde se procurou mitigar ao máximo as eventuais discrepâncias entre os jovens, merecendo da nossa parte um atento e cirúrgico investimento em ferramentas e condições para que todos possam ter acesso às mesmas oportunidades no desenvolvimento educativo, pois como tão bem sabemos, serão eles o nosso futuro coletivo. -----

Esses investimentos revelaram-se, sobretudo, pelo reforço na melhoria das infraestruturas existentes e na expansão do parque escolar ao serviço dos ourenses. -----

Permitam-me que faça uma breve resenha dos edifícios escolares já intervencionados ou em fase de intervenção, um pouco por todas as freguesias do concelho: -----

- Centro Escolar Santa Teresa, em Ourém; -----
- Centro Escolar de Ourém Nascente, em Fontainhas; -----
- Centro Escolar do Olival; -----
- Centro Escolar da Cova de Iria; -----
- Escola Básica da Maxieira; -----

- Escola Básica/Jardim de Infância de Espite; -----
- Escola Básica do Cercal; -----
- Escola Básica do Pisão, nas Matas; -----
- Escola Básica/Jardim de Infância de Rio de Couros; -----
- Escola Básica Boleiros; -----
- Escola Básica/Jardim de Infância de Casal dos Bernardos; -----
- Escola Básica da Moita Redonda; -----
- Jardim de Infância de Boleiros/Maxieira; -----
- Jardim de Infância do Cercal; -----
- Pavilhão Desportivo da Escola Básica Conde de Ourém; -----
- Edifício da APDAF em Ourém; -----
- Escola Básica 2,3 da Freixianda. -----

Contas feitas, o Município de Ourém investiu um montante superior a um milhão e duzentos mil euros em todas estas intervenções, um valor ao qual podem somar-se mais 260 mil euros inerentes a mais quatro empreitadas que já se encontram em fase de procedimento: -----

- Centro Escolar da Caridade; -----
- Centro Escolar das Misericórdias; -----
- Centro Escolar da Freixianda; -----
- Escola Básica/Jardim de Infância do Pinheiro. -----

Ainda neste contexto, não podemos diligenciar o investimento estruturante e estratégico realizado no Centro Escolar da Carvoeira, superior a 1 milhão e setecentos mil euros, que foi inaugurado no dia 5 de abril com a presença do Sr. Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão Rodrigues, que muito nos orgulhou. -----

Para o futuro próximo temos já projetados investimentos superiores a 4,5 milhões de euros nas seguintes obras: -----

- Construção do Centro Escolar Fátima Sul, que vai permitir juntar os alunos do JI de Boleiros, EB1 de Boleiros e EB1 da Maxieira; -----
- Centro Escolar da Atougua; -----
- Requalificação da EB 23 Cónego Dr. Manuel Lopes perdigão. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Porque esta nossa aposta na educação não se resume apenas ao betão, nem ao número de obras ou milhões de euros investidos na melhoria das nossas escolas, importa recordar o investimento que o Município tem vindo a reforçar, no sentido de dotar a comunidade educativa de equipamentos informáticos consentâneos com a evolução digital que atravessamos, indispensável em contexto de pandemia, confinamento e aulas à distância de um clique. -----

Foi precisamente neste contexto que o Município de Ourém procedeu à aquisição de dezenas de computadores e equipamentos portáteis de acesso gratuito à rede de internet sem fios. -----

Pretendendo combater o insucesso escolar, optámos por dar continuidade ao projeto do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo, atualmente a funcionar no Centro Municipal de Exposições e à responsabilidade da nossa Divisão de Educação e Vida Saudável. -----

Sustentámos esta decisão no sucesso com que esta equipa atingiu os objetivos propostos, mesmo não sabendo ainda se viríamos a ser beneficiados pela 2.ª fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, vulgo PEDIME. -----

Não posso também deixar de referir a distribuição de fruta escolar ao primeiro ciclo, processo que iniciou a 5 de abril, numa estratégia de alimentação mais saudável e há muito reivindicada pelos Encarregados de Educação. -----

Podemos afirmar, com total segurança, que no final deste exercício autárquico, a comunidade educativa do nosso concelho terá muito melhores condições nas infraestruturas escolares e nas condições de trabalho, permitido desenvolver o processo educativo das nossas crianças e jovens com a qualidade que merecem. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Recebemos dos Oureenses a missão de os representar, e de procurarmos tomar as melhores decisões, por vezes difíceis, que visem o progresso e o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do nosso concelho. Contudo é necessário reconhecer o legado herdado, nomeadamente no que concerne a litígios judiciais duradouros, que são muitas vezes encargos penosos, presentes ou futuros, e que podem comprometer o futuro coletivo. -----

Foi assim, com grande empenho e dedicação da nossa parte, que já conseguimos resolver um vasto conjunto de processos, de diversa natureza e diferente alcance, preferencialmente pela

via do diálogo e de acordo entre as partes, que se consubstanciou na prossecução do superior interesse público municipal com um elevado impacto positivo no erário público. -----

Informo ainda Vossas Exas, que esta continuará a ser a nossa postura para procurar resolver os processos ainda pendentes, e que felizmente já são de reduzido número. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Não obstante todas as adversidades impostas pela pandemia e consecutivos estados de emergência, o mundo não para, nem nos podemos resignar. -----

Por isso mesmo, o Município de Ourém continua fortemente empenhado em promover a retoma económica e financeira do nosso Concelho, através da prossecução de medidas que entendemos como capazes de apoiar as nossas famílias, as nossas empresas e as nossas instituições. -----

No que à campanha de apoio ao comércio diz respeito, informo Vossas Exas, que para além dos cupões, foram distribuídos 6500 vouchers, tendo aderido 172 estabelecimento, traduzindo-se num valor global já distribuído de 25 650 euros. -----

A campanha de apoios diretos às empresas, ainda em curso, registou até ao momento 305 candidaturas, num valor global de aproximadamente 406 mil euros, tendo sido já validadas 111, no montante de 152 mil euros -----

Ainda neste quado, comunico-vos que já está em curso a Campanha 10 001 Noites. Até ao momento, e em menos de um mês, já se efetivaram 926 reservas, que atestam do sucesso da iniciativa, com a qual pretendemos dar o nosso contributo para dinamizar o turismo, recuperando a confiança e relançando o Concelho de Ourém e a Cidade de Fátima no mapa de Portugal. -----

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais** -----

Concluo a minha intervenção transmitindo a Vossas Exas, que é com muito orgulho, que verificamos que as empreitadas referentes aos projetos que ambicionámos e executámos, desenvolvem-se a bom ritmo, um pouco por todo o concelho, e dos quais destaco, designadamente, o Teatro Municipal de Ourém, o Castelo de Ourém, o Passadiço do Agroal, o Canil Municipal, a Ecovia da Ortiga, a Estrada de Leiria (357), a estrada 356, entre a rotunda

do IC9 e a Zona Industrial de Casal dos Frades, as diversas obras de saneamento, entre outras de menor dimensão. -----

Termino, renovando o compromisso de continuar a zelar pelos interesses de Ourém e dos Oureenses, procurando, através da nossa ação, elevar a qualidade de vida no nosso Concelho, promover o seu bem-estar social e continuar a consolidar Ourém como Município de referência. Muito obrigado” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo descritos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as INTERVENÇÕES  
DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **FILIFE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, na qualidade de Presidente de Junta de  
Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia  
Municipal e na sua pessoa, toda Mesa -----

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa, todo o executivo ----

Senhores deputados municipais -----

Comunicação social -----

Munícipes -----

Senhor Presidente, questiono o ponto de situação do processo de construção do multiusos de  
Caxarias.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE,  
expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores vereadores -----

Colegas deputados -----

E todos aqueles que nos acompanham através dos meios audiovisuais -----

Gostaria de colocar duas questões, uma das quais, a pedido de uma pessoa do MOVE, ou

seja, sobre a Zona Industrial de Caxarias. Penso que o membro da AMO, Orlando Cavaco, já

falou sobre esta questão, contudo deixo aqui a pergunta: Tendo sido uma das promessas do

executivo camarário, a ampliação da Zona Industrial de Caxarias e uma vez que os projetos de

arquitetura e especialidades se encontram aprovados, para quando o início das obras.

Estamos a referir-nos, naturalmente, à operação de loteamento Chã- Cavadinha- Urqueira, em

que o executivo camarário levou a Junta de Freguesia de Urqueira a avançar com o processo,

daí que a Câmara Municipal vá suportar grande parte do investimento. Pergunta-se se será

assim. -----

Uma outra questão que tenho a colocar. Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns ao executivo pela iniciativa no âmbito da distribuição de fruta nas escolas. A minha questão vem no sentido de saber o porquê de à segunda feira não haver aquela distribuição. -----

Obrigada” -----

= **VITOR OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Caros colegas -----

A pergunta que gostaria de fazer está relacionada com a questão levantada pelo senhor Presidente de Câmara relacionada com a ecovia. Dado o atraso que a ecovia já tem, perguntava qual a data prevista para a conclusão das obras. -----

Outra questão relacionada com a ecovia tem a ver com a segurança rodoviária dos utilizadores, dado que há zonas que não têm luz. Como há utilizadores a usar já a ecovia, perguntava se haveria necessidade de reforço da segurança na ecovia, agora ou no futuro.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Saúdo a Mesa -----

Saudar a Câmara Municipal; os meus colegas; todos ourenses que nos estão a ver e a ouvir em casa. -----

Uma pequena nota para dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que aqui exibiu nesta informação que foi lida. -----

A minha pergunta tem a ver com a área da proteção civil. -----

No início deste ano foi renovado, com os Bombeiros de Ourém, o protocolo relativamente à EIP – Equipa de Intervenção Permanente. Sabendo nós que os protocolos com os Bombeiros de Caxarias e de Fátima terminam este ano, gostaria de perguntar se é vontade da Câmara renovar estes dois protocolos e se tem alguma novidade nesta matéria. -----

Obrigado” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia -----  
Senhor Presidente da Câmara Municipal -----  
Senhores deputados -----  
Senhores vereadores -----  
Comunicação social -----

A minha intervenção, neste ponto, é para dar um louvor às brigadas. Esta semana e a semana que passou, têm estado a trabalhar na Freguesia de Seiça e, apesar do tempo estar mau, foram de um grande profissionalismo. Como há sempre críticas, acho por bem dizer ao senhor Presidente, Seiça está muito contente com o profissionalismo dos homens da brigada que estão a fazer um trabalho excelente. -----

Muito obrigado” -----

= **SAMUEL DOS REIS BAPTISTA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos os deputados presentes –

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e vereadores -----

Comunicação social e público em geral -----

A minha questão é a seguinte. Vai avançar o centro escolar da Atouguia, gostaria de saber qual a finalidade da escola de Fontainhas da Serra. Se encerra e os alunos vão para o centro escolar ou se permanece igual. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

- Multiusos Caxarias. Projeto foi aprovado em sede de reunião camarária, no mês corrente, e, na última Assembleia Municipal, foi aprovada a plurianualidade da respetiva despesa, estando o projeto, neste momento, a concurso. O mesmo terá duas valências, o centro de saúde e a futura sede junta de freguesia. Para o centro saúde de Caxarias foi apresentada uma candidatura a fundos comunitários, o que contribuirá para minimizar o esforço do Município, dado tratar-se de um de um investimento de um milhão e seiscentos mil euros. -----



- Zona industrial Caxarias. Os terrenos confinantes são da Junta de Freguesia de Urqueira, tendo sido feito um protocolo com esta autarquia para que a mesma possa contratar um projeto para alargamento da zona industrial, contudo, verificou-se a impossibilidade de desenvolver a zona conforme previsto, em virtude do anterior PDM não o permitir, o que levou a que o processo parasse até que a revisão do novo PDM fosse concluída. Depois disso, deu-se seguimento ao processo e o projeto aprovado, tendo a Junta de Freguesia de Urqueira, como proprietária do terreno, condições para dar continuidade ao procedimento. -----
- Fruta escolar. Trata-se de uma reivindicação, muito antiga, dos encarregados de educação que nunca foi possível concretizar, dada a respetiva logística, verificando alguma dificuldade para encontrar uma empresa disponível para concretizar este tipo de serviço. Presentemente, foi possível porque o Município associou-se a outros concelhos, no âmbito da Comunidade Intermunicipal que lançou o concurso, aparecendo uma empresa disponível para prestar os respetivos serviços. Inicialmente estavam previstos apenas 2 dias por semana, contudo, após conversações com a empresa, foram acordados os 4 dias semanais, não sendo possível distribuir a fruta à segunda feira. -----
- Ecovia da Ortiga. Prevê-se que seja inaugurada no dia da Ortiga, primeira terça feira de julho. A respetiva segurança rodoviária, situação a ter em consideração, porém, há que aguardar pelo encerramento da obra, para verificarmos as respetivas necessidades em falta. -----  
Está ainda prevista a ampliação da rede elétrica no troço que não tem luz, estando a EDP a ser pressionada para, rapidamente, concluir o referido troço. -----  
A ecovia tem previsto levar alguns separadores nas zonas mais sensíveis, nomeadamente, nas curvas e nas zonas suscetíveis de maior conflito rodoviário/pedonal, aumentando a segurança de quem circula. -----
- Proteção civil. EIP. O concelho tem três corporações de bombeiros, uma das quais com duas secções. Em 2017, existia apenas uma EIP – Equipa de Intervenção Permanente, composta por cinco elementos, prestando serviço permanente nos corpos de bombeiros, em que 50% dos salários e dos encargos da segurança social são pagos pela Autoridade Nacional da Proteção Civil, sendo os outros 50% pagos pelo Município. Esta EIP exercia funções no corpo de bombeiros de Ourém, sendo que as corporações de Fátima e Caxarias também

reivindicavam uma EIP, o que se veio a concretizar, há cerca de dois anos. O concelho conta com três EIP, sendo que, recentemente, foi aprovada uma quarta EIP que irá funcionar nas secções de Freixianda e Espite, conforme orientações do Corpo de Bombeiros de Ourém. -----

- Brigadas. Agradeceu o reconhecimento pelo trabalho feito pelas brigadas. -----

- Centro escolar de Atougua. Situação que ainda não está definida. Presentemente o 1.º ciclo funciona no local destinado ao jardim de infância porque entendeu-se que a escola destinada ao 1.º ciclo já não reunia as devidas condições necessárias. Com grande esforço de toda a comunidade escolar, reuniram-se todas as crianças nas instalações do jardim de infância, funcionando assim há dois anos letivos. Esta situação provisória verificar-se-á até que fique pronto o centro escolar, o que irá melhorar muito as condições de todos. -----

----- De seguida, registaram-se, ainda, as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAS FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, boa tarde -----

Na sua pessoa, cumprimento todos os que estão em casa e presentes nesta Assembleia -----

Gostaria de fazer uma questão, tem a ver com a campanha das 10001 noites. Gostaria de saber se já há números para nos apresentar e se está a decorrer conforme planeado. -----

Obrigado” -----

= **VANESSA CRISTIANA GOMES FERREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia -----

Tendo em conta as várias medidas de apoio ao tecido empresarial que têm vindo a ser implementadas, no sosso concelho, no decorrer da atual situação pandémica, questiono o senhor Presidente da Câmara Municipal que, com mais detalhes, indique o ponto de situação relativamente às mesmas. -----

Obrigada” -----

= **ALBERTO JOSÉ PIRES CAVEIRO**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º. João Moura permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. -----

Digiro-me a esta assembleia com o tema da requalificação urbana da estrada de Leiria em Fátima. -----

Neste momento estão em andamento as obras de construção da referida obra. Execução de infraestruturas, alargamento da plataforma, entre outras. -----

Já é visível no local que os muros confinantes com os passeios não estão todos alinhados.

Será que existem várias larguras de passeio a gosto? Qual o motivo? Não houve capacidade negocial por parte do município para como é normal manter um perfil tipo base? -----

Também nos parece que a base do projeto do arruamento é de duas faixas de circulação com cerca de 7m de largura. Existe mais alguma faixa de viragem à esquerda a não ser a do entroncamento com a Rua dos Moinhos da Fazarga? Nestes tipos de arruamentos é essencial a criação destas bolsas de viragem à esquerda modo a não condicionarem a circulação automóvel, tanto nas viragens como no caso de acidentes ou avarias pois permitem alguma desobstrução da circulação. -----

As ilhas ecológicas ficam com as cargas e descargas viradas para a via principal ou para as vias que entroncam com ela? -----

Fomos alertados por um munícipe para a forte possibilidade da alteração de tráfego na Rua do Colégio de São Miguel, estreitamento do arruamento para os três metros de largura pois o sentido de circulação passaria a ser só no sentido de saída da Estrada de Leiria. Todos sabemos que este arruamento serve de acesso ao Continente, ao Recheio, ao Centro Escolar da Cova da Iria, à Fundação Arca da Aliança e ao Colégio de São Miguel, tanto na entrada como na saída. É ainda natural que a carga viária aumente futuramente pois está inserido em zona de franca expansão urbana. -----

Parece-nos que não é possível condicionar o sentido de circulação neste arruamento sem existir a forte possibilidade de criar gravíssimos constrangimentos na circulação automóvel.

Apelamos ao executivo que não execute constrangimentos físicos que depois não seja possível alterar sem a execução de obras. -----

Segundo o projeto a largura do passeio do lado nascente, onde normalmente virão os peregrinos tem 4m de largura, o que não é muito atendendo ao número de peregrinos que quando em grupo passam muitas vezes a centena. -----

Fomos alertados para a colocação de árvores de medio porte nos passeios, só que ficam na parte posterior do passeio. Cuidado, pois os postes de iluminação e a sinalização vertical de tráfego já deverão retirar cerca de 80cm de passeio do lado da estrada, se as arvores ficarem no lado contrário retiram mais 1m, o que se traduz que o passeio pode ficar com uma largura útil de 2.20m. Se tal acontecer é natural que os peregrinos passem a circular na estrada, e não há depois nada fazer. -----

**Na elaboração do projeto foi tido em conta que este arruamento é a principal via de acesso ao IC9?** -----

Esta estrada classificada como Estrada Municipal 357, antiga estrada nacional, não perdeu as antigas características pois continua a ser um via arterial de elevado tráfego, muito do qual pesado. -----

Apelamos ao executivo que tenha em atenção estas chamadas de atenção e as recomendações subjacentes e analise convenientemente o projeto já que depois de executado, poderá vir a provocar condicionalismos viários graves e prejuízos económicos avultados, tanto aos munícipes e a todos os que utilizam essa via, como ao município pois estamos convictos que se a obra for executada nos moldes previstos não demorará muitos a ser alvo de outra requalificação.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Saúdo o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente de Câmara Municipal -----

Senhores vereadores -----

Caros colegas deputados municipais -----

Tenho aqui uma pequena observação, penso eu, com algum sentido de humor e duas perguntas muito rápidas. -----

Por consulta aos anexos à informação do senhor Presidente de Câmara que, desta vez, vieram mais cedo, o que agradeço. Nesses anexos, curiosamente, vem mencionado uma despesa de 1.500 euros relativamente a uma entrevista de duas páginas, numa publicação no semanário SOL, a minha questão, o que diria o antigo líder da oposição, Luís Albuquerque, num ano eleitoral se gastássemos 1.500 euros numa entrevista. -----

Duas perguntas muito rápidas e que pretendia de resposta rápida. -----

O executivo municipal sabe ou faz ideia quanto custaria uma eventual rescisão de contrato com a BeWater. -----

Tem algum parecer jurídico relativamente a esta eventual rescisão” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Na sua pessoa, cumprimento os senhores secretários; os senhores deputados; o senhor Presidente da Câmara e executivo -----

A minha questão tem a ver com a intervenção do colega deputado, Nuno Baptista, sobre a questão do preço da água do nosso Município que tem sido alvo de críticas, particularizadas, essencialmente, pelo PS. -----

Face a isto, gostava que o senhor Presidente de Câmara pudesse dar mais esclarecimentos em relação aos preços como à respetiva concessão. -----

Obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Cumprimento a Mesa na figura do senhor Presidente, assim como os deputados e os ourienses que nos estão a acompanhar. -----

Tenho aqui duas ou três questões -----

Uma tem a ver com uma notícia que saiu há alguns dias, num jornal, que passo a ler: “*Estamos em graves dificuldades de tesouraria, revelou Paulo Queimado, tendo feito notar uma situação muito complicada porque os municípios associados da Tejo Ambiente, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sadoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, não estão a fazer o pagamento atempado à Resitejo. Se, até ao final do mês, não tivermos recebido por parte dos municípios,*

*vamos começar a suspender os serviços de recolha de resíduos, garantiu o autarca, Presidente da Resitejo” -----*

A minha pergunta é, como é que isto chegou a este extremo, tendo de vir para os jornais uma eventual suspensão dos serviços por faltas de pagamento. -----

Outra questão que também gostava de ver esclarecida é se existe algum planeamento para os contentores do lixo. Os contentores do lixo encontram-se em cima dos passeios, em cima das passeadeiras, encontram-se a tapar sinais rodoviários, encontram-se em locais de estacionamento automóvel que, teoricamente, seriam a pagar, encontram-se de qualquer maneira e, inclusive alguns, com posicionamento um pouco perigoso para a circulação rodoviária. Gostava de saber se existe algum planeamento ou se há critérios muito vagos. -----

Uma outra situação, gostava de perceber é a entrada do Burger King de Fátima, pelo lado da avenida das árvores. Na altura em que estava em obras, perguntei ao Presidente a questão da entrada pela avenida porque era uma avenida que se estrangulava com alguma facilidade aos fins de semana e no verão com alguma continuidade e agora vêm aí o 13 de maio. Na altura, o senhor respondeu que era tudo provisório. Entretanto o acesso pela estrada do Estoril, pela João XXIII, a entrada e saída já foram feitas e aquela entrada pela Alves Correia da Silva mantem-se intacta. E, vendo que aquele acesso está em cima de uma zona pedonal, onde as pessoas praticam desporto com alguma regularidade, gostaria de saber se é para continuar assim ou se vão colocar ali alguma sinalização, pois, já tem havido ali alguns constrangimentos entre os carros que entram e as pessoas que passam, quer a pé, quer de bicicleta. -----

Tenho dito” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os respetivos esclarecimentos: -----

- Campanha 10001 noites. Está a ter o sucesso previsto, sendo que a publicidade é feita pelos hoteleiros. Em menos de um mês, verificaram-se 1060 reservas ou pré reservas, feitas nas diversas unidades hoteleiras, havendo 47 unidades hoteleiras que aderiram a este projeto. -----

- Medidas de apoio ao tecido empresarial. Houve cerca de 308 pedidos diretos que representam uma quebra de faturação destas empresas, comparativa ao ano anterior, cerca de trezentos milhões de euros, o que revela bem o impacto da pandemia no concelho de Ourém,

nomeadamente, em Fátima, sendo cerca de 90% dos pedidos oriundos daquela Freguesia. Já estão aprovados 112 pedidos, com um total de apoio, já atribuído, no valor de 151 mil euros, sendo que os 308 pedidos, a serem todos validados, verificar-se-á um apoio direto, do Município, às empresas, de cerca de 400 mil euros. -----

- Estrada de Leiria. Trata-se de um processo aprovado em sede de reunião de Câmara, foi à Assembleia Municipal e foi aprovado pelo Tribunal de Contas. O projeto está feito e, certamente, será melhor o que já estava. -----

A faixa de trânsito terá sete metros, pensando-se ser a apropriada para o trânsito que ali se verifica. O acesso ao Colégio de São Miguel e ao Centro Escolar será único, descongestionando o cruzamento ali existente. -----

- Página do SOL. É uma situação frequente, acontecendo todos os anos, divulgando-se o concelho de Ourém. -----

- BeWater. Faltam seis anos para terminar a concessão, figurando no contrato que a intenção de rescisão do mesmo, deve ser comunicada pelo menos um ano antes, restando assim 5 anos. -----

O Município fez um trabalho no sentido de saber qual o total a pagar em caso de resgate, apontando dois cenários, respetivamente, 16 e 13 milhões de euros. Será que em 5 anos, o Município tem condições de recuperar este valor. -----

Em 2015, com o PS no executivo, faltavam 12 anos para terminar a concessão e verificou-se um aumento da água de 58%, sendo que, talvez fosse o momento para tentar renegociar o contrato. -----

A fatura tem três componentes: água, resíduos sólidos e saneamento. Ourém, presentemente, está ao nível dos concelhos com o mesmo nível, no que respeita à fatura, composta por estes três itens. -----

Ao analisar um contrato, há que ter em conta o valor a pagar, mas também a qualidade do serviço que é prestado. Em 25 anos de concessão, há cerca de 20 milhões de euros de investimento realizado pela concessionária do concelho. -----

- Resitejo. Uma questão que não tem a ver com o Município, operando em Tomar, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal. A Valorlis, é a entidade que presta serviços de recolha de resíduos no concelho de Ourém, estando as contas em dia. -----

- Contentores lixo. A solução da questão passa pela colocação de ilhas ecológicas subterrâneas, o que o Município tem procurado fazer, dentro das possibilidades, dado que cada investimento tem um custo de cerca de 30 a 40 mil euros. -----

- Acesso Burger King. A informação dada era relativa à saída provisória efetuada para a avenida Papa João XXIII. Quanto à entrada, sempre esteve prevista para o local onde se faz hoje, salvaguardando que a empresa possa reforçar a sinalização do local, a fim de evitar alguns constrangimentos que possam surgir. -----

----- De seguida, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “A bem da verdade, quando contamos uma história, não podemos contar só metade ou parte dela. -----

Fazemos então o historial da concessão da BeWater. É uma concessão de 25 anos que foi feita pelo executivo PSD e que já foi a votos do executivo do PSD há muitos anos. -----

Em 2015 era um executivo PS. É de recordar que a BeWater pediu ao Tribunal Arbitral uma revisão dos valores em noventa e muitos por cento. O elenco municipal, sabendo das dificuldades em que estavam devido ao grau de dívidas deixadas pelo elenco do PSD, abdicou de parte dos investimentos da BeWater mas, conseguiu que o Tribunal Arbitral levasse a que o aumento das tarifas fossem em média cinquenta e tal por cento. De noventa e tal para cinquenta e tal. -----

Em abono da verdade, era como se não houvesse antes de 2015, a história de uma concessão mal feita, com valores, tendo em conta valores que não se confirmaram. -----

Há 25 anos atrás o PSD optou por ser um dos poucos concelhos do país que concedeu a distribuição de águas do concelho a uma empresa privada, o que decorreu mal, manifestamente mal. Em 2015, a BeWater pediu um aumento de 96%. Num Tribunal Arbitral foi decidido que eram cinquenta e tais por cento. -----



É importante contar a história toda e não só aquilo que queremos dizer. Assim ficamos todos mais elucidados. -----

Disse” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, o senhor focou-se aqui, e agradeço ter alertado que a recolha do lixo é feita pela Valorlis, mas, o senhor não percebeu bem a pergunta que fiz. O que vem escrito no jornal é, passo a citar: “*Estamos em graves dificuldades de tesouraria, revelou Paulo Queimado, tendo feito notar uma situação muito complicada porque os municípios associados da Tejo Ambiente, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sadoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, não estão a fazer o pagamento atempado à Resitejo.*” A minha pergunta é, como é que isto acontece? A Tejo Ambiente, à qual pertencem estes concelhos referidos, não está a fazer o pagamento atempadamente à Resitejo. Como é que isto acontece?” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Em relação ao senhor deputado Nuno Baptista percebemos que ficou satisfeito só por termos aumentado 58% da água. Ficamos todos elucidados. Eu, não fiquei nada satisfeito desse facto. Nessa altura, teria sido a altura certa para renegociar o contrato e, eventualmente, avançar para uma rescisão do contrato. Ai, sim, tinha sido nessa altura. Não foi feito. Posso até dizer que havia um parecer jurídico, do jurista do Município que acompanhou o processo, na altura, com valores para a rescisão, se quiser pode consultar. Mas, não foi essa a tomada de decisão, na altura, em que poderia ter sido feita. -----

Ao senhor deputado Filipe Mendes, estamos na Assembleia Municipal de Ourém, não estamos na Assembleia da Tejo Ambiente. De seguida estarão presentes os dois diretores da Tejo Ambiente, podendo colocar-lhe essa questão. embora eu faça parte do conselho de administração, não estou aqui nessas funções. -----

Muito obrigado” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS**

### **GERAIS. -----**

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

#### **VOTO DE LOUVOR -----**

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais, com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: “**Voto de Louvor** -----

O Grupo de Atletismo de Fátima (GAF) há muito que nos vem habituando aos seus triunfos e conquistas, sendo já notório e prestigante o seu palmarés. -----

Desta vez, conquistou a Medalha de Bronze no setor feminino do Campeonato Nacional de Clubes em Pista Coberta, prémio que a todos nos enche de orgulho. -----

Mas o feito alcançado pelo GAF torna-se ainda mais valioso se tivermos em consideração que a equipa nasceu há apenas quatro épocas, tendo já conseguido um lugar no pódio, pelo que o trabalho desenvolvido por todos deve ser enaltecido e reconhecido. -----

Por este facto, a Assembleia Municipal de Ourém felicita o GAF, propondo a atribuição de um voto de louvor a esta coletividade.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de louvor aprovado, por unanimidade.** -----

#### **VOTO DE PESAR -----**

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: “**VOTO DE PESAR** -----

Foi com um sentimento de extrema consternação que tomámos conhecimento da inesperada partida do Senhor Presidente da Câmara de Viseu, António Almeida Henriques, no passado dia 04 de abril. -----

Advogado de profissão, António Almeida Henriques destacou-se no mundo empresarial, tendo sido agraciado, em janeiro de 2006, com a comenda da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial. -----

Militante do PSD desde os 14 anos, teve igualmente uma participação muito ativa em diversas instituições culturais, sociais e científicas da cidade e região de Viseu. -----

Foi deputado à Assembleia da República entre 2002 e 2013, tendo nessa circunstância sido meu colega de gabinete, quando exerci pela primeira vez as funções de deputado. Desse tempo, recordo com a amizade as suas qualidades visionárias e o seu contributo para o desenvolvimento das *smart cities*. -----

Pessoa de estatuto reconhecido e méritos destacados, particularmente no desempenho de cargos públicos e no serviço à causa pública, destacou-se também na qualidade de Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional no XIX Governo Constitucional, mas, sobretudo, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Viseu, função que exercia desde 2013. -----

Neste momento de tristeza e dor, em que o concelho de Viseu fica significativamente mais pobre, a Mesa da Assembleia Municipal de Ourém apresenta um profundo Voto de Pesar e sentidas condolências à família enlutada, a seus amigos e a todos os viseusenses.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: “**VOTO DE PESAR** -----

No passado dia 16 de abril de 2021, recebemos a triste notícia do falecimento do João Pedro Ribeiro Capucho. -----

Natural da freguesia de Seiça, mas com ligação umbilical à cidade de Ourém, fruto da sua atividade profissional à frente do Jogral Bar, o “Capucho”, como o chamávamos, era uma pessoa carismática e muito conhecida na comunidade local, sendo uma referência para várias gerações. -----

Entre nós, desde cedo integrou diversas organizações e associações, destacando-se a sua ligação à rádio local e, ultimamente, aos veteranos do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.

Presentemente, também era autarca na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

Nas palavras de Jorge Martins, um dos seus melhores amigos, fica aqui uma definição muito oportuna do João Pedro: -----

*“Eras tão autêntico, João, que assim que te víamos, ficávamos logo a perceber o teu estado de espírito. Entre resmunguices e olhares sérios, lá ias “dizendo” o que querias e todos percebíamos, e depois – logo a seguir – lá vinha um gracejo e...continuavas a ser tu. Juntavas ao teu jeito brincalhão, o teu lado determinado, culto e de ideais, princípios e valores humanistas.”* -----

Neste momento de tristeza, em que o concelho fica mais pobre, propõe-se que esta Assembleia: -----

- Aprove este “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----

- Manifeste à família do João Pedro Ribeiro Capucho as mais sentidas condolências.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O Grupo Municipal do Partido Socialista, traz a esta Assembleia Municipal, um assunto que muito tem preocupado os cidadãos do nosso concelho, que é a questão do preço da água. -----

Essa preocupação tem sido manifestada nas inúmeras reclamações existentes junto do concessionário privado e também em declarações públicas de descontentamento, nomeadamente através das redes sociais e em notícias de televisão. -----

Alguns meios de comunicação social da nossa região, fizeram excelentes trabalhos de investigação sobre o preço da água. -----

O “Medio Tejo”, numa notícia publicada a 9 de março de 2021, verifica que os cidadãos do concelho de Ourem, são os que mais pagam na região, uma média 28% em alguns escalões.

Em comparação com um dos concelhos, chegamos a pagar quase 200% a mais. -----

Em 12 de Fevereiro, o “Jornal de Leiria” fez um trabalho de investigação idêntico, comparando, no caso, os Concelhos do Distrito de Leiria e Ourém. -----

Nos 17 concelhos analisados, os ourenses pagam a respetiva água, 35,1% acima da média geral. -----

Todos estes dados foram brilhantemente compilados pelos vereadores do Partido Socialista, apresentados com o sugestivo título de “A Água de Ouro de Ourem”. -----

Em modo de conclusão, verifica-se então que, dos 34 concelhos analisados quanto ao do preço da água paga pelos munícipes, Ourém destaca-se pela negativa, sendo o que tem os valores mais elevados. -----

No seguimento disso, o Sr. Presidente da Camara fez uma declaração política, em reunião de câmara, da qual podemos retirar 3 conclusões: -----

- A população do concelho de Ourém não tem razão nenhuma no seu protesto, porque os preços da água não são assim tão maus. -----

- Os vereadores do Partido Socialista não têm razão nenhuma nas suas dúvidas e considerações, porque só estão a criticar porque é um ano eleitoral -----

- Os meios de comunicação estão todos errados, quase se podendo concluir que estão a perseguir o executivo municipal de Ourém. -----

Nestes termos, quase que podemos afirmar que o Sr. Presidente de Camara de Ourem está a atuar mais como defensor de uma entidade privado do que na defesa dos interesses dos seus concidadãos.” -----

= **FILIPPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Recentemente foi inaugurado o centro escolar da Carvoeira. -----

Foi com muito agrado que tivemos entre nós o senhor Ministro da Educação, Ex.mo Senhor Doutor Tiago Brandão Rodrigues. -----

Inicialmente foi projetado num local a trezentos metros onde realmente foi construído. Em boa hora, este executivo teve a visão de um implantar num sítio onde melhor se enquadra. A infraestrutura foi construída dentro de um espaço escolar onde se vai partilhar alguns serviços de apoio entre os ciclos. -----

A reabilitação do centro escolar já se vinha a arrastar há cerca de dez anos, onde os sinais de falta de manutenção e abandono eram evidentes. -----

Obrigado executivo pela coragem de mudança de localização e pela execução da obra que tanto era ansiada pela comunidade escolar. -----

Disse” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Após este quase meio século, passada a Revolução dos Cravos, reabre-se uma nova porta à democracia plena, na eleição de quem gere a causa publica localmente. -----

Após o ensaio com alguma gravidade da aprovação de uma lei eleitoral, na Assembleia da República, que limitava, de forma agressiva, os movimentos de cidadãos nas eleições locais, eis que tudo foi retificado, devolvendo ao povo, diríamos numa linguagem mais “abrilera”, a possibilidade de se organizar e gerir a sua freguesia ou o seu concelho, sem estar absolutamente delimitado àquelas associações ou clubes que habitualmente chamamos partidos políticos. -----

Talvez, num futuro próximo, possamos votar em pessoas para Assembleia da República, ignorando um pouco estas associações políticas que nos impõem as suas listas, muitas vezes com intervenientes de outras origens que não o distrito por onde se candidata mas, até lá, fica a esperança que de facto um dia aconteça. -----

Tenho dito” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A bancada do PSD vem manifestar apreensão com a ausência de respostas da parte do governo a várias situações que consideramos importantes e que passamos a expor: -----

**SAÚDE** -----

As freguesias de Matas, Espite e Caxarias não têm atualmente médico de família e as pessoas estão legitimamente apreensivas com este cenário, que consideramos grave. -----

**SERVIÇOS PÚBLICOS E JUSTIÇA** -----

Apesar dos alertas já feitos pela Câmara e por deputados no Parlamento, o serviço de Finanças de Ourém continua com falta de recursos humanos. -----

Não nos conformamos com a saída do Serviço de Verificação de Incapacidades Permanentes para Santarém, decisão que está a prejudicar gravemente os ourenses, em custos,

mobilidade e tempo, e continuamos a defender que o Tribunal de Ourém tem todas as condições para voltar a receber as (c)ompetências que lhe foram retiradas. -----

Por outro lado, o governo ainda não deu resposta a uma solução já manifestada pela Câmara para a requalificação da Casa dos Magistrados. Entretanto, o edifício ali está, bem no centro da cidade, a degradar-se à vista de todos. -----

### **SEGURANÇA** -----

A GNR Ourém continua com falta de reforços efetivos, diminuindo a sua resposta e o governo continua sem pagar a dívida de rendas que tem para com a Câmara, referente às instalações da PSP Ourém, e o valor continua a subir, sendo já superior a 150 mil euros. -----

### **PROTEÇÃO CIVIL** -----

Sobre a próxima época de incêndios, uma auditoria do Tribunal de Contas revelada a semana passada, veio dizer que muitas das medidas decididas após os grandes incêndios de 2017 ainda não saíram do papel. -----

Entretanto, pouco ou nada se sabe sobre o SIRESP e os helicópteros Kamov, comprados em 2006 pelo então Ministro António Costa e que tanta falta fazem, estão parados há vários anos.

### **REDE VIÁRIA** -----

O PRR foi entregue recentemente em Bruxelas e lamentamos que não conste a ligação do IC9 à A1, voltando a ser adiada para 2030. Não entendemos como é que esta obra, que mereceu consensos em vários governos, seja agora posta de lado sem qualquer explicação. -----

Outras situações podiam aqui ser mencionadas, como a ausência de resposta à crise social e económica por que passa Fátima. -----

Assim, registamos, negativamente a pouca ou nenhuma atenção que o governo deu ao nosso concelho nestes 4 anos e, se não fossem os investimentos da Câmara, hoje éramos um território adiado e sem futuro.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente do Município -----

Exmos. Srs. Vereadores -----

Exmos. Srs. Deputados -----

Público ouvinte -----

Comunicação social -----

Queria em primeiro lugar saudar todos os presentes e abordar a situação dos nascidos na Freguesia de Seiça que tendo um Centro Escolar de recente construção, mas não dispõe da valência Creche, logo têm os pais de se deslocar quilómetros para poder solucionar a situação dado que é do domínio público hoje em dia trabalha pai e mãe e temos sido abordados por pais sobre esta situação. -----

A creche tem um papel fundamental no desenvolvimento geral da criança que engloba saúde e seu bem-estar físico, curiosidade mental, equilíbrio emocional, capacidades sociais, o desejo e vontade de aprender e, acima de tudo, a sua felicidade, e que os primeiros cinco anos de vida são apontados pelos especialistas como fundamentais, e toda e qualquer experiência vivida no decurso dos primeiros cinco anos de vida molda o desenvolvimento organizacional e funcional do cérebro para sempre. -----

Sr. Presidente Luís Albuquerque, a resposta social Creche, em articulação permanente com as Famílias, contempla a promoção do desenvolvimento integral da criança, dos 4 meses aos 3 anos, proporcionando um clima de segurança afetivo e físico, acompanhando e estimulando o seu processo evolutivo, através de práticas adequadas para cada faixa etária. -----

Como é do conhecimento geral a Freguesia de Seiça tem desde 2013 apoiado a natalidade e os nascimentos são esclarecedores: de 2013 a 2018 37 nascimentos, 2019=10;2020=8 e em 2021 já temos 7 nascimentos. Mas também existem nascimentos em Alburitel e Sabacheira pelo que os números são maiores e não podemos estar a sacrificar os pais para levarem os seus filhos a Ourém, Caxarias e até Fátima somando-se custos elevados e tempo perdido e os meninos perdem a familiarização com os meninos da Freguesia perdendo-se a cultura familiar, histórico, associativo, perdendo-se a ligação aos seus grupos etários da Freguesia e ficando desintegrados da nossa Comunidade, a de Seiça. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente do Município é fundamental facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, o colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança e promover o



bem-estar e o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar. -----

Pelo que as expectativas e anseios dos Seicenses que comungam connosco a necessidade de o CEON ser contemplado a curto prazo com uma Creche são grandes e a Freguesia de Seiça aspira por esta ambição pois queremos continuar a contribuir para o progresso da nossa terra e do nosso Concelho. -----

Sabemos que vão estar disponíveis verbas neste âmbito, pelo que é fundamental “preparar o trabalho de casa”. O CEON dá resposta a três Freguesias pelo que consideramos de inteira justiça a nossa proposta, que permite também uma racionalização de custos/melhoria da qualidade de vida/ganhos de tempo e redução da pegada ecológica.” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, informou de um pedido prévio de intervenção por parte do público, o qual passou a ler, atendendo à impossibilidade, manifestada pela munícipe, de estar presente ou participar por videoconferência, a saber: -----

----- CATARINA MARTINS, natural do concelho de Ourém remeteu a seguinte intervenção: “Boa tarde Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, Exmo. Presidente da Câmara, Luís Albuquerque, Exmos. Deputados Municipais, Exmos. Presidentes de Junta e demais intervenientes. -----

Antes de mais, peço desculpa, por não conseguir realizar esta intervenção em direto através da plataforma online ou telefone, mas não me foi possível. Contudo, não quero deixar de participar nesta Assembleia como ouriense e, sobretudo como fatimense preocupada. -----

Hoje, o tema que vos trago para discussão e debate é a Ecovia que liga Fátima-Ortiga. Antes demais, quero felicitar o município pela realização e concretização da mesma, uma vez que, esta ecovia era já pedida pelos residentes e, por todos os caminhantes e devotos há anos! ----

Porém, não consigo deixar de expor o meu descontentamento em relação à mesma, que possuiu muitas imperfeições e, coloca em causa a segurança dos peões e dos condutores. ----

Ao longo da realização da Ecovia, foi com muitas expectativas que esperei pela conclusão da mesma, e foi com satisfação que passava quase todos os dias pelas obras e, que via, a estrada e os trabalhos avançar a bom ritmo. Uma obra que estava prevista para durar 180 dias, demorou mais ou menos o tempo previsto, o que é um dado muito importante ao nível da realização de obras públicas. -----

Contudo, não deixo de levantar algumas questões importantes agora na sua fase final, no qual peço alguma a atenção para as mesmas:

1. A rotunda realizada no cruzamento Ortiga/Casal Sta. Maria/Amoreira/Fátima encontra-se mal realizada. O facto de ter apenas uma via de circulação, não permite que veículos pesados consigam fazer a rotunda com segurança. É de notar que as saídas da rotunda são muito estreitas e um veículo pesado ao sair da mesma, tem de optar por 2 situações: Ou pisa o passeio e o lancil (que caso circule algum peão, coloca a sua vida em risco) ou terá de passar pela outra faixa (que caso se encontre um outro veículo a entrar na rotunda coloca em causa a segurança dos dois condutores); -----

2. Junto ao Santuário da N. Sra. da Ortiga, o facto de terem estreitado a via nesse local, não permite a passagem de 2 veículos pesados em simultâneo. Agora, já com a rua marcada, convido-o a passar pela via e verificar esta situação; -----

3. Uma vez que a estrada Fátima-Ortiga se encontra fora da localidade, a velocidade máxima é de 90km/h, ora, não existe nenhuma proteção entre a ecovia e a estrada, que, em caso de um despiste ou uma manobra mais realizada, poderá colocar em causa da vida dos peões. Era importante colocar um separador para a segurança dos utilizadores da ecovia. Assim como para as famílias que fazem esse percurso, proporcionar uma maior segurança para os menores menos de 12 anos; -----

4. A ecovia não tem iluminação, o que apenas permite a sua utilização durante o período de dia, não garantido segurança a quem a utiliza durante o período noturno. Esta situação leva a crer que a utilização da ecovia é elitista, uma vez que só, pode ser utilizada e ter boa visibilidade durante o dia. -----

Desta forma, peço uma resposta do Sr. Presidente de Câmara, em relação as estas preocupações, se estão a ser pensadas alternativas para o melhoramento da ecovia, mesmo

antes de a inaugurar, terminado assim a Ecovia com um acabamento perfeito e, assim, “oferecer” uma ecovia com toda a segurança aos fatimenses e todos os seus utilizadores.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Penso que o senhor deputado Vitor Santos já abordou a questão da Ortiga, algumas deficiências que o projeto possa, eventualmente, possuir. -----

Já referi que, primeiro, temos de esperar pelo final da obra que irá ter ainda a expansão da rede pública de eletricidade, um troço que ainda não tem luz. Irão também ser colocados os referidos separadores. -----

Serão ainda colocados uns bancos ao longo do percurso. -----

Vamos esperar que a obra termine e depois far-se-á a análise para verificar o que poderá estar menos bem e, se for o caso, proceder á retificação porque é o que deve ser feito. -----

Em relação à rotunda. Esta teve como objetivo solucionar um cruzamento perigoso, regular o trânsito no mesmo e reduzir a velocidade na reta. Pode não estar perfeita, mas pensamos estar melhor do que o que estava anteriormente, sendo que o espaço não era muito, havendo necessidade de nos cingirmos ao espaço existente para efetuar este investimento. -----

Como disse, vamos aguardar pela conclusão da obra e depois analisar o que, eventualmente, possa estar menos bem. -----

Muito obrigado” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (greilha Anexo B-1)-----

**02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA ÀS NORMAS DE APOIO PARA COMBATER O IMPACTO DA COVID-19 NAS EMPRESAS DO CONCELHO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19156**, datado de **2021.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.03.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria citada, em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, versão atualizada, e bem assim do artigo 35.º, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, versão atualizada. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto supra designado, na reunião de 15 de fevereiro findo, a Câmara deliberou aprovar, como proposta de regulamento e com efeitos à data da citada deliberação, as Normas de apoio às atividades económicas mais atingidas pela pandemia do COVID-19, então apresentadas pelo Gabinete de Apoio à Vereação e submetê-las a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 35.º, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. -----

---- Através do ofício registado sob o n.º 14.057/2021, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, remeteu minuta da deliberação tomada em sessão ordinária de 27 também de fevereiro findo, referente à aprovação (por unanimidade), do documento em causa. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com uma informação, datada de 10 de março em curso, do **Gabinete de Apoio à Vereação**, a anexar Adenda às Normas aprovadas. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante de grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sobre estas matérias, em anteriores assembleias fomos claramente favoráveis a estas iniciativas, no entanto, fizemos uma proposta e que se poderia enquadrar, perfeitamente, nesta adenda. -----

Fizemos essa proposta em Assembleia Municipal e, posteriormente, foi feita pelos vereadores. No âmbito das “1001 noites” existe também a oferta de um voucher de 10 euros de refeição. Se pensarmos que mais de 90% das dormidas são em Fátima, naturalmente, esse voucher será usado na restauração em Fátima, sem problema. Mas, o setor da restauração foi afetado por todo o concelho de forma igual. Apresentámos uma proposta de ser atribuído a cada cidadão maior do concelho um voucher de 10 euros para consumo em estabelecimentos de restauração de todo o concelho, ou seja, acabaríamos por igualar, ou tentar minorar, no global, a questão da diminuição na procura da restauração, enquanto efeito da COVID-19. -----

Não sei se esta questão estará prevista para mais tarde ou se o senhor Presidente não concorda com esta nossa sugestão.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Essa proposta foi apresentada e, quando há uma proposta que aumenta a despesa deverá haver também a respetiva proposta de diminuição de despesa, porque o dinheiro é o mesmo. Estou para que digam onde vamos buscar o dinheiro para executar essa proposta. Quando essa solução for colocada, onde vamos retirar o dinheiro, podemos então pensar em alargar essa proposta a mais famílias ou a mais pessoas. -----

Esta questão do voucher de 10 euros foi para incentivar para que as pessoas que fiquem em Fátima mais uma noite, possam também almoçar ou jantar no nosso concelho e não se desloquem para fora do nosso concelho. Foi este o nosso objetivo. -----

Posso dizer também que, neste momento, temos 37 restaurantes aderentes, onde podem ser descontados os vouchers. Há mais restaurantes interessados e pensamos que poderemos chegar à meia centena em todo o concelho. Também há diversos restaurantes na sede do concelho, em Ourém, e do norte do concelho que também aderiram, e já descontaram vouchers no âmbito desta campanha.” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS NO ÂMBITO DA COVID-19.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26080**, datado de **2021.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, comunicando, a este órgão deliberativo, o teor da deliberação tomada no âmbito da matéria citada em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, versão atualizada. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da proposta de reforço das medidas de apoio às empresas (face à situação de pandemia do COVID-19), aprovada na reunião de 01 de fevereiro transato, foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 9375/2021, de **Albino de Bastos Antunes**, residente na Rua Beco da Escola, n.º 1, em Carvalhal do Meio, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a solicitar, por motivos que especifica, a retificação da nota de crédito emitida a 04 de fevereiro de 2021, no valor 96,45€, referente a 50% do montante da renda correspondente à loja designada pelas letras “D-E”, do piso -1, do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, de que é arrendatário. -----

---- O processo encontra-se instruído com as informações, datadas de 12 de abril corrente, que se passam a especificar: -----

- Do **Setor de Património**, a dar conta de que, para além da situação exposta, existe outra situação análoga, de Jorge Antunes Marques, arrendatário das lojas “A” e “C-B”;
- Do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** a colocar a decisão superior a isenção da cobrança das receitas municipais em causa, que decorrem de atos sustentados no contexto pandémico do COVID-19, devendo ser autorizadas pelo órgão executivo, com posterior comunicação ao órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14714**, datado de **2021.03.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.03.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, através da renovação de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 24.895/2020, da **Divisão de Educação e Vida Saudável**, a deixar à consideração superior a renovação do protocolo celebrado com a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, em 23 de julho de 2014, que visa garantir a existência de instalações para o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família do Pré-escolar e da Componente de Apoio à Família do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para os alunos da localidade de Rio de Couros, com o custo anual de 4.769,52€. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Educação e Vida Saudável** exarou no processo uma informação, datada de 16 de novembro de 2020, a sugerir a renovação do protocolo em apreço, referente ao ano letivo 2020/2021, alertando que deverá ser mencionado na deliberação de Câmara a dedução do montante de 993,65€, correspondente ao ano letivo 2019/2020, tendo em conta que o edifício em causa não foi utilizado devido à suspensão das atividades letivas, durante o estado de emergência e calamidade, decretado no âmbito da pandemia do COVID-19. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26076**, datado de **2021.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea K), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para celebração de contrato de comodato, com a União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da comunicação interna registada sob o n.º 13.594/2021, do **Senhor Presidente**, o **Setor de Património** anexou minuta de contrato de comodato, a celebrar com a **União das Freguesias de Matas e Cercal**, com sede na Rua 1.º de Janeiro, n.º 489, em Matas da referida união de freguesias, deste Concelho, com vista à cedência, em regime de direito de superfície e pelo prazo de 20 anos, do prédio a seguir descrito, propriedade deste Município: -----

- Parcela de terreno, denominada por Parcela A, do Loteamento sito na Rua Nossa Senhora do Patrocínio, em Matas, da União das Freguesias de Matas e Cercal, do Concelho de Ourém, com a área de 3779,33 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana da dita união de freguesias sob o artigo 294 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 1719. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----



= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Cumprimentava o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimentava todos os presentes -----  
Aproveitava esta oportunidade, da aprovação deste protocolo, para agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, a cedência do terreno para que, assim, a Junta de Freguesia possa dar início ao projeto de implementação do espaço desportivo das Matas, há muitos anos desejado pela população, e assim a Junta pode dar início a esta obra. -----  
Obrigado” -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19161**, datado de **2021.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.03.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Matas e Cercal, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo de colaboração, registada sob o n.º 26.281-A/2020, a celebrar com a **União das Freguesias de Matas e Cercal**, com sede na Rua 1.º de Janeiro, n.º 489, em Matas, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 47.445,56€, os encargos decorrentes da elaboração de projeto para “Campo de Jogos das Matas”. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 23 de fevereiro findo, a dar conta de que a despesa emergente da proposta de protocolo em referência, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Cumprimentava o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimentava todos os presentes -----

Aproveitava esta oportunidade, da aprovação deste protocolo, para agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, a cedência do terreno para que, assim, a Junta de Freguesia possa dar início ao projeto de implementação do espaço desportivo das Matas, há muitos anos desejado pela população, e assim a Junta pode dar início a esta obra. -----

Obrigado” -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25962**, datado de **2021.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea K), do n.º 2, do artigo 25.º, do

anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para celebração de contrato de comodato, com a União das Freguesias de Gondemaria e Olival. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do projeto “Rota das Azenhas”, a implementar na Freguesia de Olival, foi apreciada a informação registada sob o n.º 23.785/2021, do **Setor de Património**, a anexar minuta de contrato de comodato, a celebrar com a **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, sediada na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, da dita união de freguesias, deste Concelho, com vista à cedência gratuita, pelo prazo de 25 anos, dos prédios a seguir descritos, sitos em Olival, pertencentes àquela união de freguesias: -----

- Prédio rústico, com a área de 8300 m<sup>2</sup>, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 3318 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 1987;
- Prédio rústico, com a área de 3500 m<sup>2</sup>, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 12939 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3012. --

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, apresentou a seguinte declaração de voto: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia -----

Restantes membros -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Gostaria de agradecer à Câmara Municipal o facto de ter avançado com esta pretensão da União de Freguesias e esperar que, entretanto, se faça o projeto, que se execute no âmbito da candidatura que está a ser feita. -----

Agradecer à Câmara todo este investimento na Freguesia do Olival. -----

Obrigado” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P059/2021 – ROTA DAS AZENHAS – 1.ª FASE. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25529**, datado de **2021.04.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da carta registada sob o n.º 23.260/2021, da **Ecosalix – Sistemas Ecológicos de Engenharia Natural**, com sede na Rua D, Lote 83, da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, a remeter projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe, composto por memória descritiva e justificativa, peças desenhadas e escritas, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e estimativa orçamental, no valor de 251.491,17€ (+ IVA) e pelo prazo de 6 meses, a **Divisão de Projetos Técnicos**, prestou a sua informação n.º 25/2021, datada de 12 de abril em curso, a propor a aprovação do citado projeto, condicionado à obtenção de pareceres da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

---- Nesta reunião foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, acompanhados com uma informação, datada de 13 também do corrente mês, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos e a referir que, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, a fixação do preço baseou-se na experiência adquirida pela equipa técnica do projetista e em consultas externas efetuadas. -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com uma informação, datada daquele mesmo dia, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Termina a referir, face à plurianualidade da despesa subjacente, que a competência é do órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, apresentou a seguinte declaração de voto: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia -----

Restantes membros -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Gostaria de agradecer à Câmara Municipal o facto de ter avançado com esta pretensão da União de Freguesias e esperar que, entretanto, se faça o projeto, que se execute no âmbito da candidatura que está a ser feita. -----

Agradecer à Câmara todo este investimento na Freguesia do Olival. -----

Obrigado” -----  
----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P061/2021 –  
REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR EB 2/3 CÓNEGO DR. MANUEL LOPES  
PERDIGÃO (LOTE 1 – CONSTRUÇÃO DE PORTARIA E ESTACIONAMENTO EXTERIOR,  
BENEFICIAÇÃO NO BAR E NO REFEITÓRIO E NOVO EQUIPAMENTO DE AQUECIMENTO  
/ LOTE 2 – INTERVENÇÃO NA COBERTURA, NAS FACHADAS E NO ISOLAMENTO PARA  
AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EDIFÍCIO E COMPATIBILIZAÇÃO DA  
ARQUITETURA EXTERIOR COM A NOVA ESCOLA).** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26434**, datado de **2021.04.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da informação registada sob o n.º 23.397/2021, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a anexar projetos de execução (Lote 1 e Lote 2) da empreitada designada em epígrafe, condicionados à obtenção de parecer da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, acompanhados com uma informação, datada de 14 de abril em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, que será lançada por lotes (Lote 1 – 243.697,96€, pelo prazo de 4 meses e Lote 2 – 696.384,35€, pelo prazo de 6 meses) e a referir que, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, a fixação dos preços baseou-se em consulta efetuada ao mercado. -----

---- Do processo faz ainda parte uma informação, datada também de 14 do corrente mês, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor, FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração de voto: “A Escola Sede do Agrupamento Cónego Doutor Manuel Lopes Perdigão, com mais de 30 anos ao serviço da comunidade escolar, há muito que necessitava de intervenções profundas e urgentes em todas as suas especialidades. -----

É uma escola que acolhe alunos de várias freguesias, desde Caxarias, Urqueira, Espite, Seiça e União de freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos esta infraestrutura é imprescindível para este território. -----

Fica o meu reconhecimento perante este executivo de dar prioridade á melhoria do ensino no concelho. -----

Com boas escolas de certo teremos melhores alunos.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE RIO DE COUROS – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26034**, datado de **2021.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea K), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para celebração do protocolo de colaboração, citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 15 de março findo, a Câmara deliberou aprovar os termos do contrato de comodato a celebrar com a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, para efeitos do designado em epígrafe e solicitar à Assembleia Municipal, autorização para celebração do referido contrato, nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação registada sob o n.º 23.911/2021, do **Setor de Património**, a propor a celebração de protocolo de colaboração, com a **União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos** e a **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, com o objetivo de definir condições de cooperação, com vista à remodelação de edifício para a instalação da Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros. -----

---- Do processo faz também parte uma carta enviada por correio eletrónico no dia 14 do corrente mês, da **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, sediada na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º77, em Lisboa, a apresentar contributos ao referido documento. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----



----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor JORGE MANUEL DIAS LOPES, na qualidade de Presidente União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, apresentou a seguinte declaração de voto: “Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e em seu nome cumprimentar a respetiva mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs vereadores presentes, os Srs deputados municipais, caros Colegas presidentes de Junta, comunicação social, e todos aqueles que nos estão a acompanhar em suas casas através dos meios audiovisuais ao seu dispor. -----

A Minha declaração de voto visa congratular-me pelo fato de nesta assembleia estar a ser apreciada a requalificação da Unidade de Saúde em Rio de Couros. -----

Para o Executivo desta União de Freguesias é uma boa notícia, aliás que peca por tardia, mas mais vale tarde que nunca. Um agradecimento muito especial ao atual Executivo Municipal pela coragem e visão estratégica que tem para o território deste Concelho, combatendo as assimetrias que ainda hoje existem. É prova desta visão a aposta na requalificação de várias Unidades de Saúde em várias Freguesias que são do conhecimento de todos. Agora é a vez da Unidade de Saúde de Rio de Couros que está a funcionar num edifício antigo com precárias condições, para os profissionais de Saúde e utentes. Os cuidados de saúde são uma prioridade para uma população que vive longe dos hospitais de referência. As Unidades locais, são a resposta mais próxima, rápida e eficaz para responder em tempo útil, às suas necessidades, a doença. Por todas estas razões, este Executivo agradece o empenho do Executivo Municipal na concretização do projeto e a submissão da candidatura para aprovação e a futura realização das obras.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE ALBURITEL – PROPOSTA DE PROTOCOLO.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23425**, datado de **2021.04.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo

I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Alburitel, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação datada de 23 de março findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 69.856-A/2020, a celebrar com a **Freguesia de Alburitel**, com sede na Rua Álvaro Teles, n.º 100A, em Alburitel, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente aquela Autarquia, até ao montante de 124.086,21€, os encargos decorrentes da requalificação do Jardim das Oliveiras, sito na localidade de Toucinhos, da referida freguesia, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **ENGRÁCIA MARIA VIEIRA MARQUES CARRIÇO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Saúdo todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

A minha intervenção vem no sentido de agradecer e congratular o executivo municipal pela forma como sempre apoiou as iniciativas lançadas pelo executivo que represento. -----

Atualmente, a Freguesia de Alburitel tem em mãos a concretização de vários projetos que sem o apoio do Município não seria possível. -----

Hoje, mais uma vez, perspetiva-se a concretização de uma ambição há muito acalentada pela população desta Freguesia. -----

Muito obrigada” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM – CEDÊNCIA DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19160**, datado de **2021.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.03.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (versão atualizada), autorização para isentar a Associação de Atletismo de Santarém, do pagamento das taxas devidas pela utilização do estádio Papa Francisco, considerando que aquela associação tem protocolo com o Município em diversas iniciativas. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 11.319/2021, da **Associação de Atletismo de Santarém**, com sede na Avenida D. João I, no Estádio Municipal, em Almeirim, a remeter o seu calendário desportivo, para a época 2020/2021, com as competições a ocorrer no Estádio Papa Francisco e a solicitar, caso se verifique algum impedimento, que o mesmo lhe seja comunicado com a brevidade possível. ----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 22 de fevereiro findo, a confirmar a disponibilidade do Estádio Papa Francisco e a viabilidade em receber os eventos em causa, nos dias 21 de março em curso e 08 e 09 de maio próximo futuro e a deixar a decisão superior a cedência das instalações, face à situação atual da pandemia do COVID-19 e à indefinição de como irá decorrer o levantamento do estado de emergência nacional.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE OURÉM – VERSÃO FINAL. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26432**, datado de **2021.04.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea do n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 23.030/2021, do **Coordenador Municipal de Proteção Civil**, a remeter a versão final do plano mencionado em título, que esteve em consulta pública, no período de 22 de fevereiro a 04 de abril de 2019, sem que tenham sido apresentados quaisquer contributos, referindo que o mesmo mereceu parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2020. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26430**, datado de **2021.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito da matéria citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 22.282/2021, a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, remeteu os instrumentos de prestação de contas relativos ao ano 2020. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a informação n.º 15/2021, de 12 de abril em curso, que se transcreve na íntegra: “No âmbito dos documentos de prestação de contas relativos ao ano económico de 2020, apresentados pela entidade Tejo Ambiente EIM (em anexo), verifica-se o apuramento de um resultado líquido negativo, num montante que ascende a 2.281.654,15 euros. -----

---- Consequentemente, nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31/08 quando o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargos dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. -----

---- Deste modo, propõe-se a transferência de um valor de 738.571,45 euros (Setecentos e Trinta e Oito Mil, Quinhentos e Setenta e Um Euros e Quarenta e Cinco Cêntimos), para a entidade Tejo Ambiente EIM, em observância à participação social do Município na referida entidade, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente para fazer face à despesa emergente, bem como de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. -----

---- À consideração superior,”. -----

----- A comissão de representantes de grupos municipais, com assento neste Órgão deliberativo, reunida a 2021.04.19, deliberou, por unanimidade, convidar o Diretor Geral Tejo

Ambiente, Eng.º José Santos, e bem assim, o Diretor Administrativo e Financeiro Tejo Ambiente, Dr. Carlos Agostinho para tomarem parte nesta sessão ordinária, a fim de prestarem os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

----- Face ao exposto, compareceram os senhores diretores, tendo apresentado uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a participação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde senhores administradores – É um gosto tê-los cá. A explicação destes assuntos tão complexos, como devem imaginar, para nós não é fácil ter uma noção real do que estamos a falar. Sabemos, acima de tudo, que é muito dinheiro. -----

Deixem-me tecer uma consideração inicial que me parece relevante. Estamos a autorizar, porque somos obrigados, falando linearmente, uma transferência de mais de setecentos mil euros e o que nos foi apresentado, para analisarmos, foram três quadros e a vossa explicação, logo, não podemos ter a facilidade de perguntar coisas que tivemos conhecimento agora. Estou aqui a ver os documentos e são três quadros, o que não faz sentido nenhum. Estamos a falar de setecentos e cinquenta mil euros e estamos a falar de um prejuízo de dois milhões e duzentos mil euros, acho que isto deveria vir muito melhor explicado, uma explicação anterior, logo que vieram os resultados. -----

O senhor administrador falou muito no EVEF – Estudo de Viabilidade Económico-Financeira que é a base disto tudo e é a base, julgo eu, de todos os problemas. A empresa foi constituída em 2019, digo já que sou absolutamente favorável deste regime, ou seja, do intercâmbio entre municípios, acho que faz todo o sentido. -----

A minha primeira pergunta é a seguinte, estamos a falar de uma empresa criada em 2019, porquê um estudo de viabilidade em 2016? Faz algum sentido numa questão desta dimensão? E tudo isto originou um desvio 42%. Para o comum dos mortais, não é fácil perceber que um estudo de 2016, em 2020 já esteja metade desatualizado, lamento, mas não é perceptível. Ou

faziam um estudo diferente ou teria de ser um estudo mais conservador. Pergunto, quem fez o estudo? Segundo, na deliberação da Câmara Municipal, é aqui mencionado que os dados foram cedidos pelos municípios. Os dados estão corretos? Foram mal cedidos? São dados antigos? São dados de previsões? Estamos a falar do quê? Qual é a explicação para o EVEF tenha esta divergência de 42% no primeiro ano. -----

Quanto à questão do IVA. A primeira pergunta que faço é a seguinte: existe alguma associação, alguma empresa intermunicipal que faça exatamente isto, no país? Confesso que não sei. Se existe é muito estranho que o estudo financeiro tenha sido feito com o pressuposto do IVA em que está. Não faço ideia se existe ou não existe. O estudo deveria ter sido feito numa perspetiva conservadora. Essa informação vinculativa, confesso que vi os documentos, e vi um pouco por alto, não me posso manifestar sobre ela, sobretudo, por questões profissionais. Tem várias interpretações, mas, pode decorrer mal e isso é um custo que irá decorrer durante anos e anos. -----

Outra coisa que queria dizer e tenho de dizer porque nós também somos a voz do povo. Fica muito mal, as pessoas falam disso, uma empresa nesta dificuldade, o nível dos veículos que as pessoas veem e sabem que são utilizados por administradores e por funcionários da Tejo Ambiente, alguns deles, veículos de alta gama que, do meu ponto de vista, não havia necessidade disso. Há uma imagem que temos de ter em atenção. -----

Uma outra questão. Não faço a mínima ideia e, por isso, pergunto, na questão da participação dos municípios, foi tido em conta, nesta comparticipação agora, nos mais de setecentos mil euros que o Município de Ourém tem, foi tido em conta o Município de Ourém ter ainda a concessão de águas a um privado e, com isso, poder estar a financiar indiretamente, sendo beneficiado de parte desses benefícios. -----

Para terminar, presumo que a Tejo Ambiente esteja sob a égide do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no seu artigo 62.º, alínea d) tem algo que me deixa profundamente preocupado, ou seja, “são obrigatoriamente dissolvidas as empresas que tenham resultados líquidos negativos nos últimos três anos”. Achem que nos próximos dois anos vamos ter resultados positivos? Se sim, quanto é que isso vai custar aos consumidores

através dos ajustes nos tarifários. Não vejo, aparentemente, nenhuma outra forma de escalar receitas e se o regulador irá autorizar essa escalada do aumento dos tarifários.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa noite -----

Reitero o agradecimento da vossa disponibilidade para vir aqui falar connosco um bocadinho – Subscrevo o que o meu colega Nuno Baptista esteve a desenvolver, no entanto, acho estranho que uma empresa de caráter público abre e, sem saber que tipo de IVA, é que está ali envolvido, se é IVA dedutível ou não dedutível, chegando depois a um número muito simpático de cinco milhões de euros de diferenciais que, no tal estudo que fizeram, não se lembraram. --- Também gostaria de perguntar, porque saiu uma notícia num jornal em relação à Resitejo, como é que a Resitejo se queixa que está numa situação muito complicada porque a Tejo Ambiente não paga atempadamente a essa tal empresa Resitejo. Qual a ligação entre as empresas? Qual o fundamento? E, sobretudo, porquê? Ou os concelhos envolvidos ou a Tejo Ambiente, em si, não paga a tempo e horas a ponto de poder comprometer os serviços aos quais se presta, isto percebendo que estamos a falar de uma empresa de carácter, eminentemente, público. -----

Obrigado” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Gostaria de colocar uma pequena questão. No que diz respeito às empresas do setor da indústria, comércio e serviços, em que, muitas empresas, por força da sua atividade, têm elevados consumos de água, com uma reduzida produção de resíduos e esgotos, muitas também obrigadas por força da especificidade das suas atividades em terem separadores de resíduos com filtragem e um primeiro tratamento de águas, não serão de todo penalizadas essas empresas por força de escalões de dos consumos de água? -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Gostaria de tecer algumas considerações e, dentro do meu conhecimento, responder, em parte, àquilo que foi questionado, sem prejuízo de passar a palavra aos dois Diretores aqui presentes. -----



Recordo que a constituição desta empresa teve, um dos pressupostos principais, foi o pudermos aceder a fundos comunitários para executarmos obras de saneamento. O Município de Ourém, dos seis municípios, era o que tinha uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa, 47%, e só através desta empresa, porque o governo assim o exigiu, só permite que acedam a fundos comunitários entidades intermunicipais. Foi nesse sentido que, temos hoje aqui no concelho de Ourém, com o IVA incluído, cerca de 6 milhões de euros de investimento que está a decorrer no nosso concelho porque, se não fosse a constituição desta empresa, tínhamos duas hipóteses, ou não fazíamos e as populações continuavam a não ter saneamento ou teríamos que endividar o Município nesse valor para fazer face a estes investimentos. -----

Já aqui foi referido, aparentemente, vamos transferir, hoje será aprovada, se os senhores deputados assim o entenderem, e também por força da lei, uma transferência de cerca de 730 mil euros para a Tejo Ambiente. Recordo que, em 2017, o Município gerou prejuízos com os resíduos sólidos urbanos e com o saneamento de 1.756.932 euros. Não se notou porque o orçamento municipal absorveu esta perca. Fomos todos nós que contribuimos para este resultado e para “tapar” este buraco. Posso até dizer que os resíduos sólidos urbanos resultaram num prejuízo de 532 mil euros e o saneamento 1.224 mil euros. Em 2018, 1.028.353 euros de prejuízo, sendo 323 mil de resíduos sólidos urbanos e 704 mil do saneamento. Em 2019, em 2020 já não estava connosco este serviço, um prejuízo de 465 mil euros resíduos sólidos urbanos e um prejuízo de saneamento de 898 mil euros, o que dá 1.363.163 euros. O que significa que, aparentemente, vamos transferir este resultado que não é agradável, obviamente que não, mas, mesmo assim, ainda ficamos muito aquém dos valores que, habitualmente, no nosso orçamento já suportávamos com estes dois serviços. -----

Gostaria ainda de dizer que tenho aqui uma declaração que fui “obrigado” a assinar em 2019 que dizia, para a ERSAR, Entidade Reguladora: “A informação apresenta o seguinte resultado no que diz respeito ao indicador de cobertura de gastos, ou seja, o saneamento, águas residuais, o Município apenas cobria 55% dos gastos que tinha com este serviço e 73% com a gestão dos resíduos sólidos urbanos” -----

Também dizer que o orçamento que aqui aprovámos em Assembleia Municipal, para o ano de 2020, já previa, e com esta distância toda era impossível prever com exatidão, um prejuízo de 550 mil euros que estava refletido nos documentos que foram aqui aprovados. -----

Feitas estas considerações, gostaria de responder aqui algumas questões pertinentes colocadas pelo senhor deputado. Sobre o EVEF, o porquê do EVEF 2016. Uma atividade desta dimensão, todo o processo tem de ser pensado com algum tempo de antecedência. Começamos a trabalhar este EVEF em 2018 na CIMT e, em 2018, o único valor que tínhamos de referência dos municípios era o de 2016 e foi com base nisso e por causa disso, que os valores que serviram de base a este EVEF são os de 2016. Tivemos de submeter este processo ao visto do Tribunal de Contas, da ERSAR e visto de todas as câmaras municipais, sendo com base em 2016, porque eram os únicos valores que tínhamos dos municípios. Este EVEF foi desenvolvido pela CIMT, consultor Eng.º Faria de Oliveira, contratado pela CIMT. Foi neste âmbito que foi feito este estudo. -----

Em relação à dedução do IVA. Nestes seis municípios, para haver dedução do IVA neste serviço, neste caso, no saneamento, terá de haver liquidação ao consumidor final, a única forma que temos de fazer a sua dedução. Para termos uma ideia da confusão que existe nestes serviços, nestes seis concelhos, existem concelhos que faturavam a 0%, outros a 6%, e outros a 23%. Isto, para percebermos a amálgama de situações que existem nos concelhos, portanto, o EVEF foi feito com base nisto. Por uma questão de precaução questionamos, de forma vinculativa, a AT para que não houvesse qualquer tipo de problemas, e a informação veio clara, a taxa a aplicar aos municípios, senão teríamos de refletir essa taxa também aos municípios, era isenta e conseqüentemente não poderíamos deduzir o IVA, como também nas empreitadas, pensávamos nós que era 6%, porque era essa a informação que tínhamos tendo em conta o regime jurídico dos municípios, e tínhamos um parecer jurídico que nos dizia isso mesmo, nós, por uma questão de precaução, fizemos uma informação vinculativa que nos veio dizer que era 23% e, aí, ainda estamos numa fase de contestação onde achamos que temos razão porque se o governo está a “obrigar” as câmaras a aderir a este sistema, não pode por outro lado penalizá-las em questão do IVA. Penso que estamos todos de acordo perante esta situação. -----

Em relação à questão dos valores que estamos aqui a transferir. O princípio desta agregação é a solidariedade entre todos os municípios. Recordo que há um dos municípios, não interessa qual, que apresentava resultados positivos, nestes dois setores, na respetiva Câmara Municipal e, agora, terá de pagar também, por força da solidariedade que terá de existir e que há entre todos os municípios. -----

A questão dos resultados líquidos negativos e ajuste do tarifário. Hoje, com esta distância, não temos possibilidade de dizer o que pode acontecer, o que posso dizer, é que estão a ser tomadas medidas para que, rapidamente, possamos reverter esta situação. Posso dizer que o ano 2021, ainda apresentará resultados negativos, não devemos esconder, mas pensamos serem bastante inferiores aos que, hoje, aqui trazemos, quando 2022 tenderá já que haja um equilíbrio das contas da empresa. Poderá não ser total, mas tenderá a isso. Como é que o iremos fazer? Posso apontar três ou quatro situações que me parecem importantes para ajudar a esclarecer. Uma delas tem a ver com o aumento de contadores. Conforme foi dito, quando o EVEF foi feito, previu mais contadores, fruto do investimento que estava previsto. Todos entendemos que o investimento que está a ser feito só produzirá efeitos, um ano ou ano e meio, depois das obras estarem concluídas e as pessoas possam proceder à ligação. Daqui a um ano, estimamos que os novos contadores, os novos munícipes que se irão ligar ao saneamento irão trazer um acréscimo de receita para a Tejo Ambiente de cerca de 1 milhão de euros por ano. Este será um fator importante que será abatido a este valor. Também estamos a apostar muito na eficiência das perdas, isto mais na água, e não se aplica tanto ao Município de Ourém porque, como sabemos, a água está concessionada, aplica-se mais nos outros concelhos que, ao contrário do nosso, estão muito dependentes das entidades em alta, ou seja, as que fornecem a água aos municípios. No nosso concelho, temos também essa dependência com a EPAL a fornecer água a Fátima, mas temos também uma grande capacidade de reservas de captações e, desta forma, não estamos tão dependentes dessas entidades em alta. Os outros concelhos estão dependentes dessas entidades em alta e os preços são diferentes. Enquanto que, com as captações, o metro cúbico da água sai a onze/doze cêntimos metro cúbico, nas entidades em alta sai a sessenta e três cêntimos por metro cubico. Há uma diferença, por isso, estamos a trabalhar, nesses concelhos, para reduzir

as percas que existem nas águas, nas condutas, nos contadores e, obviamente, reduzindo essas percas, reduzimos também a dependência das entidades em alta que fornecem a água. Por isso, é um trabalho que está a ser feito e prevemos recuperar cerca de 600 mil euros, no futuro. -----

A Tejo Ambiente recrutou um concurso a nível internacional, no valor de 19, 9 milhões de euros para recolha de resíduos sólidos urbanos, durante sete anos, nos seis concelhos. O concelho de Ourém tinha um contrato em que pagava 61 euros a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos que eram recolhidos. Com este contrato vamos pagar 48 euros a tonelada, o que significa que são 13 euros a menos e estamos a falar de cerca de 14 mil toneladas por ano que o concelho de Ourém trata. Estamos a falar de cerca de 200 mil euros que iremos deixar de pagar, por força deste novo contrato que irá entrar em vigor, entretanto. -----

E, por fim, um trabalho que também está a ser feito, porque continua a haver munícipes, não tanto no nosso concelho, que continuam a não estarem ligados à rede de água e estamos a fazer esse levantamento. Estamos a falar, talvez, de cerca de 600 a 700 contratos que não estão ligados, mas vão ter de se ligar e, isso, também vai trazer um acréscimo de receita para a empresa, que estimamos que possa rondar os 300 mil euros, por ano, e que também irá fazer com que o défice possa baixar no futuro. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL, expôs o seguinte: “Boa noite -----

A pergunta que gostaria de fazer ao Dr. Carlos Agostinho é sobre a questão do IVA. O facto do investimento de 29 milhões, um acréscimo de 5 milhões de IVA que teve ser suportado, não foi detido. -----

Se percebo alguma coisa de contabilidade, esses 5 milhões de euros de IVA, se foram em investimentos, não são gastos do próprio ano, será refletido ao longo dos vários anos, conforme a duração dos bens que forem objeto de investimento. -----

Reconheço que será um esforço financeiro, de tesouraria acrescido, mas, em termos de resultados, se considerarmos um investimento de 10 anos, dará 500 mil euros, se considerarmos 5 anos, dará 1 milhão de euros para o prejuízo. Em qualquer dos casos, desconheço o tipo de investimento que estamos aqui a falar, mas devem de ir para

infraestruturas com alguma duração, não terá com certeza o prazo de estimativa de vida de 5 anos. Esta questão pode ter reflexos no futuro, mas também temos de ver que esta questão de injeção do IVA não é para prejudicar os munícipes, é para os beneficiar. A isenção é no sentido de acautelar os interesses dos cidadãos, de modo geral. -----

Gostaria de saber se estes 5 milhões de euros teriam reflexos tão diretos no resultado líquido do período. -----

Obrigado.” -----

----- De imediato, foi dada a palavra aos senhores Diretores da Tejo Ambiente que prestaram os seguintes esclarecimentos: -----

= DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO TEJO AMBIENTE, Dr. Carlos Agostinho, expôs o seguinte: “Respondendo ao deputado Avelino Subtil. O senhor tem toda a razão. -----

No computo dos 29,9 milhões de euros de impacto de acréscimo do valor do IVA, a diferença que é o regime fiscal que seria suposto que pudéssemos praticar a taxa 6% para a taxa de 23%, resulta um acréscimo de 17% de IVA. Estas obras estão a levar, cerca de um ano e meio a dois anos, de execução, o que significa que o impacto não é no ano 2020, o impacto do ano 2020 de acréscimo nos investimentos diretamente, na ordem dos 50 mil euros. No computo global, uma execução global das empreitadas até à sua conclusão, terá impacto acrescido, o que significa que depois teremos de reprogramar a parte dos investimentos que foram considerados no EVEF inicial. -----

O reflexo, em 2020, desse investimento do acréscimo do IVA sobre o investimento foi na ordem dos 50 mil euros, estamos a falar em investimentos nas águas residuais de Ourém que contribuíram mais para essa componente. -----

Ao deputado Nuno Baptista. As nossas contas foram apresentadas ao Município com 69 páginas de relatório de gestão, com parecer fiscal único, com parecer do revisor, com plano anticorrupção, com balancetes analíticos, temos de ter essa preocupação, essa obrigatoriedade e não podemos fugir dela, sendo uma obrigatoriedade consignada na lei, no regime da transparência e temos de publicitar essas contas. Somos como os municípios, sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas. Tudo o que resultar da aprovação vai ser prestado ao Tribunal de Contas à IGF e à DGAL. -----

Relativamente ao EVEF, como deve entender, não consigo responder claramente a isso, não estive na base do estudo, só assumi funções em 2019. -----

Desde início balizamos as nossas regras em função dos pressupostos que estavam considerados no EVEF e, em março, o conselho de administração tomou conta, mediante um relatório que elaboramos conjuntamente com o conselho de administração, que os pressupostos do estudo inicial, não estavam bem alicerçados naquilo que é a realidade vigente. Com toda a honestidade fizemos um trabalho exaustivo, no sentido de preparar isto para o futuro. É verdade que ao abrigo do artigo 65.º, da Lei n.º 50, três anos consecutivos de incumprimento daqueles rácios, significaria dissolução forçada. A dissolução forçada é mesmo isso, é o incumprimento ao referido artigo. -----

Devo dizer que tivemos muita consideração de salvaguardar o rácio inicial, que foi nos capitais, artigo 35.º, e tivemos necessidade de assegurar, logo no primeiro ano de arranque. A primeira prestação de contas foi em 2019 e apresentámos resultado zero porque estávamos num período de constituição, de implementação da empresa. No primeiro ano resolvemos a situação. Neste segundo não conseguimos, temos de ter medidas de gestão para solucionar a questão, por duas vias: uma política de reajustamento pelo lado da receita e pelo lado da eficiência da operação. -----

Devo ainda dizer, a nossa margem de gestão é de 2,5 milhões de euros porque 7,4 milhões de euros são logo comidos à cabeça pelas entidades em alta e aí não conseguimos mexer. -----

Quanto às viaturas, quando viemos para a Tejo Ambiente, as regras contratuais foram logo definidas. Chegámos a pagar, no início, faturas de um Município de reparação de viaturas que ascendiam aos 1.300/1.400 euros em cada viatura. O pressuposto do EVEF era que, nós, habilitássemos logo para a renovação de toda a frota de todos os municípios. As nossas viaturas estão a custar 134 mil euros/ano mais IVA, o computo geral da frota. As viaturas dos diretores foram submetidas a processo de concurso equivalente a uma gama de 32 a 34 mil euros e há uma entidade que consegue apresentar preços para viaturas de média gama / híbridas que acompanham o valor. A locação operacional dessas viaturas, mais caras, custa pouco mais de 40 euros mais IVA. O peso da frota não é o nosso problema. Tivemos a preocupação de balizar, em critérios de concurso, sendo um concurso público e neste ganhou

uma empresa de locação nacional com viaturas Toyota a preços mais baixos que a viatura Renault. Isto foi criteriosamente balizado. Quando viemos para a empresa é por um pressuposto de gestão. -----

A questão do IVA. Questão complicada. A ERSAR tinha uma interpretação divergente da AT. Quando colocámos a questão junto da ERSAR, da nossa entidade reguladora, e dissemos, atenção a AT está a ter uma interpretação diferente. Havia um documento na internet a partilhar por todas as entidades, automaticamente, retiraram esse parecer porque verificaram que estavam a indiciar as entidades que poderiam ter aquele regime, quando, na verdade, a AT não aceitou isto. Fizemos um trabalho de envio para todas as bancadas de deputados, ministério das finanças, ministério do ambiente, entidade reguladora, entre outras, para ver se conseguimos melhorar o regime fiscal aplicável a esta empresa. É algo extrínseco à nossa gestão, não conseguimos controlar este efeito. -----

Não há financiamento indireto à BeWater pelo facto de aparecer a Tejo Ambiente. Não há nenhuma relação de financiamento à BeWater pelo facto de aparecer a Tejo Ambiente. -----

A Resitejo está paga.” -----

= DIRETOR GERAL TEJO AMBIENTE, Eng.º José Santos expôs o seguinte: “De alguma forma, globalmente, as respostas foram dadas, apenas acrescentaria alguns pequenos detalhes. -----

Ainda, no que toca às viaturas e dentro daquilo que são as nossas responsabilidades de gestão, poupamos globalmente, relativamente ao famoso EVEF, 40 mil euros/ano. O meu colega, há pouco, dizia temos cerca de 2,5 milhões de euros para gerir, na verdade, temos menos. Se adicionarmos 2,6 milhões de euros de recursos humanos, quando estavam previstos 3 milhões, quer dizer que, temos, basicamente, para gerir muito menos do que este montante. Quando digo gerir, onde se pode reduzir. E onde podemos reduzir? Nos recursos humanos, onde estamos a reduzir cerca de 300 mil euros/ano. Onde podemos reduzir? Nas viaturas. Estamos a reduzir 40 mil euros/ano. Onde é que não podemos mexer? Nos milhões da alta. No entanto, estando sensíveis e já fizemos algumas coisas, já reunimos com o Ministro do Ambiente, estamos a sensibilizar os deputados para que tentemos, em sede própria, alterar a lei porque estes contratos em altas estão protegidos por lei. Por muito boa vontade que os

municípios tenham per si, é na sede própria que se vai conseguir alterar a lei, os contratos dos proveitos mínimos permitidos. Pese embora, a entidade reguladora possa aprovar um determinado tarifário para venda de um determinado serviço de uma entidade em alta, noutra determinado Município, no fim dos 12 meses, pode aparecer uma 13.<sup>a</sup> fatura, e aparece na Tejo Ambiente dum Município, para repor os proveitos mínimos. E dou um exemplo matemático. A entidade reguladora aprova 0,50 cêntimos por tonelada, o tratamento de resíduos, num determinado local, mas, por qualquer motivo, existe um contrato dessa entidade que lhe permite ter os proveitos mínimos permitidos, vai faturar 50 euros por tonelada durante 12 meses e chega ao final do ano, faz as contas e se não obteve a receita que o contrato e a legislação lhe permite, emite a 13.<sup>o</sup> fatura para ir buscar o remanescente. Neste caso, só mudando a lei. A Tejo Ambiente só pode alertar, sensibilizar e fê-lo, e o conselho de administração tem o feito. Estamos a sensibilizar os senhores deputados, a nível da Assembleia da República, porque é ali que alguma coisa terá de acontecer. -----

Uma outra questão, tem a ver com o regulador, se autoriza ou não a correção do tarifário. O regulador tem balizas, parâmetros, tem modelos financeiros e tem regras. Há espaço do ponto de vista do regulador, a nível nacional, para correções tarifárias desde que devidamente justificadas. A nível dos resíduos estamos muito aquém dos valores que o próprio regulador entende, como os máximos permitidos, sendo a mesma coisa a nível do saneamento. -----

Desde que seja justificável, o regulador analisa, internamente, verá o ponto de vista legal e autorizará ou não eventuais revisões tarifárias num futuro próximo. -----

RSTJ/Resitejo. As contas com esta entidade em alta estão em dia. -----

Todos os dias aparecem muitas coisas nas redes sociais e sobre a Tejo Ambiente também. A mim, preocupa-me as que são verdadeiras, essas é que nos motivam a corrigir as nossas trajetórias. Com a Resitejo, atual RSTJ temos as contas em dia.” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do



Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O grupo municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta a transferência de **738.571,45 euros do Município de Ourém para a Tejo Ambiente**, valor que representa a proporcionalidade de participação social do nosso Município para se cumprir o previsto no n.º 2 do artigo 40º da Lei 52/2012 de 31/08. -----

A Lei é para cumprir e por isso não podemos vacilar quanto ao seu cumprimento. -----

Este “modelo de negócio”, ou seja, a cooperação institucional e intermunicipal é, obviamente, defendido pelo Partido Socialista, porque assenta bem nos nossos princípios políticos. -----

No entanto, obviamente que estamos preocupados com o prejuízo de € 2.281.654,21. -----

Obviamente que nos parece estranho que exista esta diferença enorme, entre os valores previstos no Estudo de Viabilidade Financeira que serviu de base à constituição da empresa e os resultados efetivos. -----

Mais preocupados ficamos ainda com a questão dos desvios negativos verificados com a liquidação do IVA de mais de € 500.000,00. -----

Por fim, depois de se saber que os ourenses estão a pagar diretamente o custo da água muito mais caro que os municípios associados desta empresa intermunicipal e de muitas outras da região, e se isso não bastasse, também lhes cabe de forma indireta e sem usufruir dos seus benefícios, subsidiar o fornecimento de água a outras entidades.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P018/2021 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA O PERÍODO DE 2 ANOS (01/07/2021 A 30/06/2023).** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14624**, datado de **2021.03.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.03.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da informação registada sob o n.º 54.894/2020, do Setor de Património, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para a prestação de serviços designada em epígrafe, com o preço base de 422.000,00€ e pelo prazo de dois anos, instruídos com uma informação, datada de 19 de fevereiro findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço se baseou em procedimento anterior, nas quantidades previstas para o período a contratualizar e ainda nas atualizações salariais. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada daquele mesmo dia, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P056/2021 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE OURÉM – 2022/2025.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 26431**, datado de **2021.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 7463/2021, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para a prestação de serviços designada em epígrafe, com o preço base de 1.950.000,00€ e pelo prazo de 36 meses, instruídos com uma informação, datada de 12 de abril em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço teve por base consulta preliminar efetuada. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 13 também do mês em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*

**02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS NO ÂMBITO DA COVID-19. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23796**, datado de **2021.04.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.04.05, comunicando, a este órgão deliberativo, o teor da deliberação tomada no âmbito da matéria citada em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, versão atualizada. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 8501/2021, do **Setor de Metrologia, Cemitério e Licenciamentos não Urbanísticos**, que contém a lista de pedidos de isenção do pagamento de taxas no âmbito das medidas de apoio às empresas, aprovadas por deliberação de 30 de março de 2020. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 22 do mês findo, a colocar à consideração superior as isenções em referência, com posterior comunicação à Assembleia Municipal e reporte obrigatório à Inspeção Geral de Finanças, no âmbito dos benefícios e subvenções públicas atribuídas. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.17 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se verificou qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO